

MEMORANDO INTERNO N° 91/2022

3568
8

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: MED CENTER COMERCIAL LTDA - ARP Nº 50/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **MED CENTER COMERCIAL LTDA - ARP Nº 50/2022**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 249- PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP.

Por fim, considerando que os autos do Pregão Eletrônico nº 01/2022 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 24 de junho de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:
24/06/2022

ASS: 

Elton Rodrigo de Castro Garcia
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

Licitação - CIOP

De: Daniele <daniele.lima@medcentercomercial.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 24 de junho de 2022 11:33
Para: Licitação - CIOP
Cc: Aline martins
Assunto: Re: RES: RES: Solicitação de Reequilíbrio - CIOP
Anexos: Solicitação de Reequilíbrio PE 01 2022 - Demonstração de Custos.pdf

3569
B

Bom Dia,

Segue em anexo nova solicitação de reequilíbrio com demonstração dos custos.

Cientes da compreensão e esperando o acolhimento do pedido.

Gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,

pe 01/2022
item 249.

Daniele Cristina

Licitação

Ramal: 210 (35) 3449-1950

www.medcentercomercial.com.br

@medcentercomercial

25 anos



unidos pelo

coração

#solidariedade

Em 10-06-2022 09:03, Licitação - CIOP escreveu:

Bom dia.

Segue anexo para conhecimento.

Att.

Denise Sakiyo Ide

Auxiliar Administrativo - Setor de Compras, Licitações e Contratos

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP

Ata de Registro de Preços nº 50/2022

Pregão Eletrônico nº 01/2022

SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DO PREÇO

MED CENTER COMERCIAL LTDA., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 00.874.929/0001-40, com sede na Rodovia JK, BR 459 km 99 – Jardim Santa Edwirges, neste ato representada pela Coordenadora de Contratos, Sra. Rita de Cássia Sanches Rezende, portadora do RG: M-8.721.249 e inscrita no CPF sob o Nº. 011.905.086-21 vem, respeitosamente perante V. S^a., formular **PEDIDO DE REVISÃO DO PREÇO** no processo em epígrafe, com fulcro no Decreto Federal nº 7.892/2013, no **Decreto Estadual nº 63.722/2018**, no artigo 37, XXI da Constituição Federal, na Lei nº. 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993.

I – DA SÍNTESE FÁTICA:

No 14/01/2022, a empresa Med Center Comercial Ltda. logrou-se vencedora no processo de Licitação nº 01/2022, Pregão Eletrônico nº 01/2022 promovido por este Consórcio, cujo objeto consiste na aquisição de medicamentos.

A empresa requerente atua na DISTRIBUIÇÃO de medicamentos e outros materiais hospitalares, atuando amplamente no fornecimento ao Poder Público através de licitações e vendas diretas, conforme cartão CNPJ anexo.

Como distribuidora, sua atuação está atrelada a uma cadeia logística e depende de parceiros e arranjos comerciais na fabricação, fornecimento e transporte, todos fortemente afetados pela instabilidade no mercado de materiais hospitalares.

Conforme restará demonstrado, o item licitado "Paracetamol+Codeína 500+30mg comprimidos" sofreu uma alta imensurável no preço registrado, de modo que a **alteração dos preços previamente ajustados ultrapassa -em muito- a chamada "mera oscilação de mercado"**.

Por essa razão, a empresa requerente se vale da presente para solicitar, de maneira fundamentada, o reequilíbrio do preço registrado para o item Paracetamol+Codeína 500+30mg comprimidos.

MED CENTER COMERCIAL LTDA

Rod. JK (BR-459), KM 99 – Jardim Santa Edwirges

CEP 37552-484 - Pouso Alegre - MG

Telefax: (35) 3449-1950 - E-mail: contratos@medcentercomercial.com.br

CNPJ: 00.874.929/0001-40 - Inscr. Estadual 525.949.584.0034

No tocante à obtenção do reequilíbrio, o entendimento do TCU é de que é necessário demonstrar de maneira objetiva os fatos supervenientes que justifiquem o reequilíbrio econômico-financeiro. Ou seja, para o Tribunal, deve haver comprovação efetiva, não meramente apresentação de valores de referência extraídos de pesquisas, de índices oficiais ou de mera variação cambial, mas sim de efetiva existência de pagamento por parte da empresa, **especialmente demonstrado através de notas fiscais**.

Em consonância com o entendimento consolidado pelo TCU (entendimento adotado por esta Instituição), a empresa apresenta notas fiscais datadas da época em que ocorreu o registro de preços e notas fiscais atuais. Tais notas comprovam, de forma cabal, que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, **posterior à apresentação da proposta, demonstrando evidente disparidade dos preços de custo da aquisição do material licitado**.

Neste sentido, a requerente apresenta planilha contendo o custo do item para o qual se faz necessário o reequilíbrio, confrontando-a com a Nova Planilha Atualizada (prova do custo do produto), a fim de comprovar a elevação dos seus encargos:

PRODUTO	%	Preço de Venda com Custo Anterior	Preço de Venda Sem Realinhamento	Preço Realinhado com Novo Custo
CUSTO		R\$ 0,350	R\$ 0,430	R\$ 0,430
PREÇO DE VENDA		R\$ 0,390	R\$ 0,390	R\$ 0,460
ICMS	0,00%	R\$ 0,000	R\$ 0,000	R\$ 0,000
FRETE	3,00%	R\$ 0,012	R\$ 0,012	R\$ 0,014
COMISSÃO	2,00%	R\$ 0,008	R\$ 0,008	R\$ 0,009
CUSTOS FIXOS ADM.	6,00%	R\$ 0,023	R\$ 0,023	R\$ 0,028
CUSTO DA MERCADORIA	100,00%	R\$ 0,350	R\$ 0,430	R\$ 0,460
ICMS CUSTO	12,00%	R\$ 0,042	R\$ 0,052	R\$ 0,052
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) (\$)		R\$ 0,039	-R\$ 0,031	R\$ 0,039
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) (%)		10,03%	-8,03%	8,48%

Conforme se vê, os custos inerentes ao item sofreram aumento generalizado: o preço para a empresa adquirir o item junto ao fabricante sofreu um aumento importante de aproximadamente 30%. Além disso, o **frete** também sofreu um aumento substancial e os demais custos (comissão, impostos, administração) giram em torno do valor da mercadoria, de modo que **o aumento na aquisição do item impacta diretamente nos demais custos e resultam em um preço final de venda superior.**

No tocante ao aumento dos preços registrados não se pode desconsiderar a ocorrência de um fato superveniente importante: **A DISPARADA NO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO NO MERCADO INTERNACIONAL**, que tem ocasionado aumento notório nos preços dos combustíveis no Brasil em razão das flutuações internacionais e da política de preços adotadas pelo país.

Poucos meses após a assinatura da ata de registro de preços, **os preços da gasolina e do diesel sofreram aumentos expressivos. Em março deste ano (2022), a Petrobras anunciou alta de quase 19% no preço da gasolina e de quase 25% do diesel¹:**



INÍCIO > GERAL
EFEITO GUERRA

Petrobras anuncia aumento de 19% na gasolina e 25% no diesel após disparada do petróleo

Estado diz que conflito entre Rússia e Ucrânia elevou petróleo e tornou reajuste necessário

Vinícius Knechinski
Brasil de Fato | Curitiba (PR) | 10 de Março de 2022 às 13:19

Inflação recorde no país foi impactada pela alta nos preços dos combustíveis

IPCA de 1,52% é o mais alto desde março de 1994, pior resultado em 28 anos

Por Thais Village
BRASILDEFACTO.COM - JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO

¹ <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/apos-57-dias-reajustamos-precos-de-gasolina-e-diesel.htm>

Petrobras anuncia novo aumento nos preços de gasolina e diesel

A partir desta tarde (10), a gasolina terá variação de R\$ 0,10 por litro, enquanto o diesel terá variação de R\$ 0,12 por litro.



Como é de conhecimento geral, o aumento dos combustíveis produz um efeito dominó que afeta todos os setores. Este aumento generalizado ocorre porque o uso do combustível está presente em quase todas as etapas de produção.

Além do transporte dos insumos, o combustível é utilizado nas máquinas usadas nos sistemas de produção e também no frete final. Toda a economia é baseada no petróleo, com o uso de caminhões, trens, navios – o que, inevitavelmente, afeta os preços de todos os bens de consumo, como é o caso dos medicamentos e materiais hospitalares.

Ora, é evidente que o desequilíbrio decorre de fato imprevisível e de consequências incalculáveis. É impossível cogitar que a empresa teria condições de prever o conflito internacional (**Guerra Rússia e Ucrânia**) e o aumento no preço dos combustíveis tal como aconteceu neste primeiro bimestre de 2022.

Em que pese a Administração tenha afirmado que o aumento no preço dos combustíveis vem ocorrendo desde janeiro de 2021, não se pode desconsiderar que no ano de 2022 o aumento não ocorreu da maneira esperada. **Na verdade, o preço do combustível tem batido novos recordes a cada mês.**

Além disso, a inflação acumulada chegou a 11,3% de acordo com o fechamento de março bem acima da meta do Banco Central, que era de 2% a 5% para 2022. As projeções condicionais do BC eram de que a inflação entrasse em trajetória de queda já no início de 2022, de modo que trata-se de uma situação **absolutamente imprevisível.**

Conforme comprovam os índices oficiais, a média da inflação atual e o acumulado no ano e em 12 meses do IPCA referente ao ano de 2022 tem superado muito as médias anteriores referente ao mesmo período (janeiro-março)²:

Tabela IPCA 2022 (Dez/93 = 100)

Mês	Índice	Valor mensal (%)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
JAN	6153,09	0,54	0,54	10,38
FEV	6215,24	1,01	1,56	10,54
MAR	6315,93	1,62	3,20	11,30

Tabela IPCA 2021 (Dez/93 = 100)

Mês	Índice	Valor mensal (%)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
JAN	5574,49	0,25	0,25	4,56
FEV	5622,43	0,86	1,11	5,30
MAR	5674,72	0,93	2,05	6,10

Assim, é importante destacar que os valores apresentados à época, isto é, em 14/01/2022 não correspondem mais ao valor atual de mercado e a sua manutenção causará onerosidade excessiva à esta empresa, que, por essa razão, não possui condições de manter os preços originariamente ajustados com a Fundação.

Diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Fundação, nos termos do artigo 17 do Decreto 7.892/2013 e artigo 15 do Decreto Estadual nº 63.722/2018, se não a de negociar e revisar os preços inicialmente registrados para os itens acima arrolados, a fim de que a empresa requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento dos itens contratados.

II – DOS FUNDAMENTOS

Sabe-se que o reequilíbrio econômico-financeiro é assegurado constitucionalmente, em decorrência do disposto no art. 37, XXI, que prevê a manutenção das condições efetivas da proposta.

²https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/controleinflacao_docs/carta_aberta/OF_CIO_823_2022_BCB_SECRE_01.pdf

Trata-se de uma garantia constitucional que tem como objetivo restaurar o equilíbrio contratual, desfeito por eventos supervenientes e extraordinários, não previstos e imprevisíveis pelos contratantes, que acarretam modificação anormal na situação fática existente na época da celebração do ajuste. Ou seja, o reequilíbrio econômico-financeiro visa fazer com que a justa remuneração do objeto seja mantida durante toda a execução do contrato, a fim de evitar que o contratado venha a sofrer onerosidade excessiva por fatos alheios a sua vontade.

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos. (...). Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido.

E, para regulamentar o texto da Constituição, a Lei de Licitações prevê em seu artigo 65, II, alínea "d":

Art. 65 **Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:**

(...) II – Por acordo das partes:

(...) d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Mais especificamente, no tocante ao **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, regulado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, o artigo 17 prevê expressamente a possibilidade de se revisar os preços registrados:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

MED CENTER COMERCIAL LTDA

Rod. JK (BR-459), KM 99 – Jardim Santa Edwiges
CEP 37552-484 - Pouso Alegre - MG

Telefax: (35) 3449-1950 - E-mail: contratos@medcentercomercial.com.br
CNPJ: 00.874.929/0001-40 - Inscr. Estadual 525.949.584.0034

Em âmbito do Estado de São Paulo, há de se destacar o **Decreto Estadual nº 63.722/2018** que prevê a possibilidade de **REVISÃO DO PREÇO** registrado quando se estiver diante de eventual variação daqueles valores praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços ou bens registrados:

Artigo 19 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Nota-se que o referido artigo permite expressamente a revisão dos preços registrados na hipótese de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados. Para isso, estabelece ao órgão público **promover as negociações** junto aos fornecedores.

Portanto, a **negociação para revisão dos preços registrados**, no presente caso, é direito da empresa requerente e dever do Poder Público, sempre buscando a manutenção da equivalência entre os encargos assumidos no momento da contratação.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- I) A revisão e a negociação sobre o preço registrado no processo nº 01/2022 para que seja resguardado o reequilíbrio econômico-financeiro do item Paracetamol+Codeína 500+30mg comprimidos, conforme planilha e documentação comprobatória anexa.
- II) Caso assim não se entenda, requer a liberação do compromisso assumido, de modo que esta empresa seja desobrigada de fornecer o item mencionado sem

MED CENTER COMERCIAL LTDA

Rod. JK (BR-459), KM 99 – Jardim Santa Edwiges

CEP 37552-484 - Pouso Alegre - MG

Telefax: (35) 3449-1950 - E-mail: contratos@medcentercomercial.com.br

CNPJ: 00.874.929/0001-40 - Inscr. Estadual 525.949.584.0034

qualquer penalidade, nos moldes do art. 19 do Decreto Estadual nº 63.722/2018, sob pena de imputar-lhe condições excessivamente onerosas e insustentáveis.

Nestes termos pede deferimento.

Pouso Alegre, 24 de junho de 2022.



MED CENTER COMERCIAL LTDA.
Rita de Cássia Sanches Rezende
Coordenadora de Contratos
RG M-8.721.249 / CPF 011.905.086-21

MED CENTER COMERCIAL LTDA

Rod. JK (BR-459), KM 99 – Jardim Santa Edwirdes
CEP 37552-484 - Pouso Alegre - MG

Telefax: (35) 3449-1950 - E-mail: contratos@medcentercomercial.com.br
CNPJ: 00.874.929/0001-40 - Inscr. Estadual 525.949.584.0034

RECEBEMOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 30/09/2021 VALOR TOTAL: R\$ 101.634,70 DESTINATÁRIO: MED CENTER COMERCIAL LTDA - ROD JK - BR 459 KM 99, 0 SANTA EDWIGES - RIBEIRAO DAS MORTES POUSO ALEGRE-MG

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

2578
NF-e
Nº. 000.418.769
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A
V PRINCIPAL I-B, S/N
DAIA - 75132-085
ANÁPOLIS - GO Fone/Fax: 06240154000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.418.769
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5221 0903 4855 7200 0104 5500 1000 4187 6913 4104 6105

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152214445605123 - 30/09/2021 21:56:52

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda produção do estabelecimento /

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103233270

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

46305

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.485.572/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

MED CENTER COMERCIAL LTDA

ENDEREÇO

ROD JK - BR 459 KM 99, 0

MUNICÍPIO

POUSO ALEGRE

CNPJ / CPF

00.874.929/0001-40

DATA DA EMISSÃO

30/09/2021

CEP

37552-484

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

BAIRRO / DISTRITO

SANTA EDWIGES - RIBEIRAO DAS MORTES

UF

MG

FONE / FAX

3534491950

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5259495840034

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002
Venc.	14/11/2021	Venc.	29/11/2021
Valor	RS 50.817,35	Valor	RS 50.817,35

CÁLCULO DO IMPOSTO

8 DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
98.168,59	11.780,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.134,33	101.634,70
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.061,84	101.634,70

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
TG TRANSPORTES GERAIS DISTR LTDA E		0-Por conta do Rem				03.562.929/0004-45
ENDEREÇO			MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
AV CENTRAL S/N			GOIANIA		GO	103610979
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO
224					418,686	418,686

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
000000000000504215	CLO SERTRALINA 50MG C/ 490 COMP REV (C1) TIP. TRIBUT + Lote: 2112873 Quant: 1225.000 Fab: 16/09/2021 Val: 30/09/2023	30049099	000	6101	UN	1.225,0000	46,0600	56.423,50	0,00	56.423,50	6.770,82		12,00	
000000000000505499	PARACET+CODEIN 500+30MG CX C/96COMP (A2) PARACETAMOL FOSFATO DE CODEINA TIP. TRIBUT - Lote: 2112616 Quant: 1042.000 Fab: 17/09/2021 Val: 30/09/2023 pRedBC=9,90%	30049045	020	6101	UN	1.042,0000	33,6000	35.011,20	0,00	31.545,09	3.785,41		12,00	
000000000000506296	CAPOX 25MG CX C/ 750 COMP BL PVC CAPTOPRIL TIP. TRIBUT + Lote: 2110750 Quant: 400.000 Fab: 04/08/2021 Val: 31/08/2023	30049069	000	6101	UN	400,0000	25,5000	10.200,00	0,00	10.200,00	1.224,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: BASE DE CÁLCULO RED.PIS PASEP E COFINS CONF.CONV.ICMS 34 06 ANX. IX ART. 8 INC. XXV RCTE GO PORTARIA SUTRI N.827 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 29/04/2022 VALOR TOTAL: R\$ 42.440,96 DESTINATÁRIO: MED CENTER COMERCIAL LTDA - ROD JK - BR 459 KM 99,0 SANTA EDWIGES - RIBEIRAO DAS MORTES POUSO ALEGRE-MG

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.449.140
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

V PRINCIPAL I-B, S/N
DAIA - 75132-085
ANÁPOLIS - GO Fone/Fax: 06240154000

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.449.140
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5222 0403 4855 7200 0104 5500 1000 4491 4019 2715 5864

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152225074668119 - 29/04/2022 20:34:18

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda produção do estabelecimento /

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103233270

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

46305

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

03.485.572/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

MED CENTER COMERCIAL LTDA

CNPJ / CPF

00.874.929/0001-40

DATA DA EMISSÃO

29/04/2022

ENDEREÇO

ROD JK - BR 459 KM 99, 0

BAIRRO / DISTRITO

SANTA EDWIGES - RIBEIRAO DAS MORTES

CEP

37552-484

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

POUSO ALEGRE

UF

MG

FONE / FAX

3534491950

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5259495840034

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003	Num.	004
Venc.	29/05/2022	Venc.	08/06/2022	Venc.	18/06/2022	Venc.	28/06/2022
Valor	R\$ 10.610,24	Valor	R\$ 10.610,24	Valor	R\$ 10.610,24	Valor	R\$ 10.610,24

CÁLCULO DO IMPOSTO

DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
40.266,82	4.832,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	891,26	42.440,96
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.201,66	42.440,96

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TG TRANSPORTES GERAIS DISTR LTDA EPP

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

03.562.929/0004-45

ENDEREÇO

AV CENTRAL S/N

MUNICÍPIO

GOIANIA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103610979

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

114

220,548

220,548

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
000000000000504374	HEM QUETIAPINA 200MG C/30 COMP REV (C1) HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA TIP. TRIBUT + Lote: 2204323 Quant: 81.000 Fab: 28/03/2022 Val: 31/03/2024 Lote: 2200115 Quant: 15.000 Fab: 08/01/2022 Val: 31/01/2024 Lote: 2202189 Quant: 4.000 Fab: 18/02/2022 Val: 29/02/2024	30049079	000	6101	UN	100,0000	33,0000	3.300,00	0,00	3.300,00	396,00		12,00	
000000000000505499	PARACET+CODEIN 500+30MG CX C/96COMP (A2) PARACETAMOL FOSFATO DE CODEINA TIP. TRIBUT - Lote: 2200932 Quant: 220.000 Fab: 01/02/2022 Val: 29/02/2024 Lote: 2201337 Quant: 264.000 Fab: 04/02/2022 Val: 29/02/2024 Lote: 2201614 Quant: 48.000 Fab: 08/02/2022 Val: 29/02/2024 pRedBC=9,90%	30049045	020	6101	UN	532,0000	41,2800	21.960,96	0,00	19.786,82	2.374,42		12,00	
000000000000505803	BESILAPIN 5MG C/ 500 COMP BESILATO DE ANLODIPINO TIP. TRIBUT + Lote: 2117400 Quant: 600.000 Fab: 18/12/2021 Val: 31/12/2023	30049069	000	6101	UN	600,0000	16,0000	9.600,00	0,00	9.600,00	1.152,00		12,00	
000000000000506864	SODIX 50 MG CX C/ 500 CPR REV DICLOFENACO SÓDICO TIP. TRIBUT + Lote: 2200146 Quant: 192.000 Fab: 05/02/2022 Val: 29/02/2024 Lote: 2203200 Quant: 2.000 Fab: 13/03/2022 Val: 31/03/2024 Lote: 2205580 Quant: 6.000 Fab: 11/04/2022 Val: 30/04/2024	30049037	000	6101	UN	200,0000	34,0000	6.800,00	0,00	6.800,00	816,00		12,00	
000000000000506999	HEM QUETIAPINA 25MG C/500 CPR REV (C1) HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA TIP. TRIBUT + Lote: 2200110 Quant: 1.000 Fab: 07/01/2022 Val: 31/01/2024 Lote: 2203969 Quant: 5.000 Fab: 16/03/2022 Val: 31/03/2024	30049079	000	6101	UN	6,0000	130,0000	780,00	0,00	780,00	93,60		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: BASE DE CÁLCULO RED.PIS PASEP E COFINS CONF.CONV.ICMS 34 06 ANX. IX ART. 8 INC. XXV RCTE GO PORTARIA SUTRI N.827 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

RESERVADO AO FISCO

3580

RELATÓRIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Cotação:	Nova Cotação
Orgão/Entidade:	Med Center Comercial Ltda
UF:	MG
Nome responsável:	Rita Sanches
Data:	24/06/2022
Fonte de dados:	Compras Governamentais / Comprasnet

DETALHAMENTO

CRITÉRIOS DA PESQUISA / COTAÇÃO PERSONALIZADA

CATMAT:	104272 - PARACETAMOL, PARACETAMOL NOME
Unidade de Fornecimento:	COMPRIMIDO
Período:	de 15/03/2022 até 15/03/2022
Estado:	PR
Cálculo escolhido:	Mediana

Cálculo realizado com preços praticados em 1 licitação**

Mediana
R\$ 0,4996

** Mediana é o valor do meio dos preços selecionados na pesquisa, que desconsidera valores excessivos ou muito baixos, ajustando-se à assimetria dos dados.

Resultados selecionados	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Qtde	Preço Total
PARACETAMOL, PARACETAMOL NOME UASG: 989913 - Ano: 2022 - Procedimento: 9 - Item: 229 - Catmat: 104272	COMPRIMIDO	R\$ 0,4996	1	R\$ 0,4996
Fornecedor: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI CNPJ: 23.228.076/0001-74				
Cálculo: Mediana		R\$ 0,4996	1	R\$ 0,4996

CRITÉRIOS DA PESQUISA / COTAÇÃO PERSONALIZADA

CATMAT:	270907 - PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG
Unidade de Fornecimento:	COMPRIMIDO
Período:	de 03/02/2022 até 07/06/2022
Estado:	AM, GO, RS
Cálculo escolhido:	Mediana

Cálculo realizado com preços praticados em 4 licitações**

3581
8

Mediana
R\$ 0,505

** Mediana é o valor do meio dos preços selecionados na pesquisa, que desconsidera valores excessivos ou muito baixos, ajustando-se à assimetria dos dados.

Resultados selecionados	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Qtde	Preço Total
PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG UASG: 989403 - Ano: 2022 - Procedimento: 2 - Item: 75 - Catmat: 270907	COMPRIMIDO	R\$ 0,47	1	R\$ 0,47
Fornecedor: JM DE PAULA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA CNPJ: 31.600.475/0001-42				
PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG UASG: 983431 - Ano: 2022 - Procedimento: 8 - Item: 790 - Catmat: 270907	COMPRIMIDO	R\$ 0,50	1	R\$ 0,50
Fornecedor: MEDISIL COMERCIAL FARMACEUTICA EHOSPITALAR LTDA CNPJ: 96.827.563/0001-27 UF: BA				
PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG UASG: 160019 - Ano: 2021 - Procedimento: 19 - Item: 112 - Catmat: 270907	COMPRIMIDO	R\$ 0,51	1	R\$ 0,51
Fornecedor: EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP CNPJ: 15.439.366/0001-39 UF: RS				
PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG UASG: 160399 - Ano: 2021 - Procedimento: 42 - Item: 13 - Catmat: 270907	COMPRIMIDO	R\$ 0,51	1	R\$ 0,51
Fornecedor: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 40.274.237/0001-85				
Cálculo: Mediana		R\$ 0,505	1	R\$ 0,505

CRITÉRIOS DA PESQUISA / COTAÇÃO PERSONALIZADA

CATMAT:	150218 - SOLUÇÃO, SOLUÇÃO NOME
Unidade de Fornecimento:	UNIDADE
Período:	de 05/05/2022 até 05/05/2022
Cálculo escolhido:	Mediana

Cálculo realizado com preços praticados em 1 licitação**

Mediana
R\$ 0,52

** Mediana é o valor do meio dos preços selecionados na pesquisa, que desconsidera valores excessivos ou muito baixos, ajustando-se à assimetria dos dados.

Resultados selecionados	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Qtde	Preço Total
SOLUÇÃO, SOLUÇÃO NOME UASG: 988183 - Ano: 2022 - Procedimento: 31 - Item: 94 - Catmat: 150218	UNIDADE	R\$ 0,52	1	R\$ 0,52

3582
8

Resultados selecionados	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Qtde	Preço Total
Fornecedor:	DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO D'MEDICAMENTOS LTDA - EPP			
CNPJ:	16.970.999/0001-31			
UF:	RS			
Cálculo: Mediana		R\$ 0,52	1	R\$ 0,52

PREÇO GLOBAL

Objeto	Unidade de fornecimento	Cálculo	Valor Unitário	Quantidade	Total
PARACETAMOL, PARACETAMOL NOME	COMPRIMIDO	Mediana	R\$ 0,4996	1	R\$ 0,4996
PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM CODEÍNA DOSAGEM 500MG + 30MG	COMPRIMIDO	Mediana	R\$ 0,505	1	R\$ 0,505
SOLUÇÃO, SOLUÇÃO NOME	UNIDADE	Mediana	R\$ 0,52	1	R\$ 0,52
Preço global				3	R\$ 1,5246



<https://www.cotacaozenite.com.br>

Nova Cotação

2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre

Humberto Libânio da Silveira Santos
Tabelião

Livro nº288-P



Fls.003

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ MED CENTER COMERCIAL
LIMITADA NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte e um) nesta Cidade de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, no 2º Ofício de Notas de Pouso Alegre à Rua Vieira de Carvalho, nº 200, Centro, compareceu(ram) como Outorgante: a empresa **MED CENTER COMERCIAL LIMITADA**, inscrita no CNPJ nº 00.874.929/0001-40, com sede à Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 99, s/nº, Bairro Santa Edwiges, Pouso Alegre, Minas Gerais, e-mail: contato@medcentercomercial.com.br; neste ato representada por sua sócia **GABRIELLE DANIEL NERY**, brasileira, nascida em data de 12 de novembro de 1993, filha de Jairo Nery Duarte e Marcia Pereira Daniel Nery, empresária, maior, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 16833372 expedido por SSP MG, CPF nº 110.574.436-11, endereço eletrônico: gabrielle.nery@medcentercomercial.com.br, telefone: (35) 9-9804 6565, residente e domiciliada na Rua Francisco Ernesto Barbosa, nº 180, Bairro João Paulo II, Pouso Alegre, Minas Gerais, nos termos da Última Alteração Contratual, devidamente registrada em data de 16 de julho de 2020, sob nº 7920421 e protocolado sob o nº 204181321 em data de 15 de julho de 2021 e Certidão Simplificada Digital, emitida em data de 05 de agosto de 2021, sob Código de validação visual nº C210001931502, expedidas pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, devidamente arquivado nestas Notas, no Livro de Registro de Documentos nº 088 às folhas 079/097; e, Procuração Pública, lavrada nestas Notas, em data de 04 de novembro de 2020, sob o Livro nº 284-P à folha 047; Parte que se identificou ser a própria, conforme documentação apresentada do que dou fê. E, pela outorgante me foi dito que, nomeia e constitui suas procuradoras: 1) **ALINE MARTINS OLIVEIRA**, brasileira, filha de Maurício Vagner Duarte Martins e Marisa Pereira Daniel Martins, gestora de Licitação, casada, portadora da Carteira de Identidade nº MG-15.064.984 expedido por SSP/MG, CPF nº 085.548.826-36, e-mail: aline.martins@medcentercomercial.com.br, residente e domiciliada na Rua Professora Terezinha Rezende Faria, Bairro Recanto dos Barreiros, Pouso Alegre, Minas Gerais; e, 2) **RITA DE CASSIA SANCHES REZENDE**, brasileira, filha de Orlando Sanches e de Márcia Barbosa Sanches, coordenadora de contratos, casada, portadora da Carteira de Identidade nº M-8.721.249 SSP/MG, CPF nº 011.905.086-21, e-mail: rita@medcentercomercial.com.br, residente e domiciliada na Rua Argentina Grossi Tonini, nº 230, Bloco 06, Apartamento 202, Bairro Pão de Açúcar, Pouso Alegre, Minas Gerais; **agindo em conjunto e/ou isoladamente**; com poderes amplos e necessários para o fim especial de representar a empresa outorgante perante repartições públicas em geral, apresentar, juntar e retirar documentos relacionados a esta função, dentre eles, assinar propostas, declarações, termos de garantia, termos de desistência de recurso e contratos firmados com a empresa, podendo também participar de licitações públicas ou privadas, enfim, praticar todos os atos necessários ao cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte. Feito sob minuta. **Atendendo o que dispõe a Cláusula Sexta, Parágrafo Terceiro da alteração contratual da empresa, o presente instrumento terá a validade de dois (02) anos, contados a partir da presente data.** Valores - Quantidade: 1 - (Código: 1458-9 - Procuração relativa a situação jurídica com conteúdo



3584
B

financeiro) - Emolumentos: R\$ 106,79; Recomepe: R\$ 6,41; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 35,58; ISS: R\$ 5,34 - Valor total: R\$ 154,12. Quantidade: 19 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 124,83; Recomepe: R\$ 7,41; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 41,42; ISS: R\$ 6,27 - Valor total: R\$ 179,93. Assim o dissera(m), do que dou fê e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). dispensada a presença de testemunhas, nos termos da legislação vigente, do que dou fê. Eu, THIAGO BASTOS ESPOSITO, ESCRIVENTE a fiz digitar. Eu, THIAGO BASTOS ESPOSITO, ESCRIVENTE a subscrevo e assino. (aa) GABRIELLE DANIEL NERY; Traslada em seguida.

Pouso Alegre, quinta-feira, 5 de agosto de 2021

EM TESTO. _____ DA VERDADE. _____

THIAGO BASTOS ESPOSITO, ESCRIVENTE

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça

2º Ofício de Notas de Pouso Alegre

Selo de Fiscalização: **EWX20758**

Código de Segurança: **7272.1277.7380.1632**

Quantidade de Atos: **20** Emitido em: **05/08/2021 14:20**

Ato(s) praticado(s) por: **THIAGO BASTOS ESPOSITO - ESCRIVENTE**

Emol.: R\$ 245,44 TFJ: R\$ 77,00 Total: R\$ 322,44 ISS: R\$ 11,61

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 08/12/2021 13:01:55 que o documento de hash (SHA-256) 22b8985e516ea76a34662256ab5b879284799dfdd16aea73f15fca7fe9825e42 foi validado em 08/12/2021 11:39:35 através da transação blockchain 0x952acc7044a1c1a34325ea502388b25f5456c034285f7e6aef3fedd508ad5df6 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 40906)



3585
E

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **22b8985e516ea76a34662256ab5b879284799dfdd16aea73f15fca7fe9825e42** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **40906** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Procuração Nova"**, cujo assunto é descrito como **"Procuração Nova"**, faz prova de que em **08/12/2021 11:39:12**, o responsável **Med Center Comercial Ltda (00.874.929/0001-40)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Med Center Comercial Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **08/12/2021 12:15:22** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x952acc7044a1c1a34325ea502388b25f5456c034285f7e6aef3fedd508ad5df6**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



3586
8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEMBARDISTO



Rita de Cassia Sanches Rezende
REGISTRO DO SIGNATÁRIO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-8.721.249 DATA DE EMISSÃO 09/12/2015

RITA DE CASSIA SANCHES REZENDE

ORLANDO SANCHES

MARCIA BARBOSA SANCHES

SAO PAULO-SP DATA DE NASCIMENTO 22/5/1979

CAS. LV-50 FL-54

POUSO ALEGRE-MG

011905086-21 PIS 1901725085-5

PIU-2160 LETICIA ALESSI MACIADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR

2.ª VIA

LEI N 7.166 DE 28/06/03



3587
B

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajai - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **41d72501547ce6cd8d55ae30b0fb68d9087249ce7c4fc5c515c4b8e203781015** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **37258** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"RG - RITA"**, cujo assunto é descrito como **"RG - RITA"**, faz prova de que em **11/11/2021 13:13:20**, o responsável **Med Center Comercial Ltda (00.874.929/0001-40)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Med Center Comercial Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **11/11/2021 13:15:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xf7d0c68105f167da8f165c161fc174861cb444ade2775af587de1cd3b2ec69a1**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3656
B

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: MED CENTER COMERCIAL LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 249 – PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **ITEM Nº 249 – PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP.**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **MED CENTER COMERCIAL LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 01/2022**, com solicitação juntada às **fls. 3569/3575**, sob a justificativa de que: “o tem ‘Paracetamol+ Codeína 500+30mg comprimidos’, sofreu uma alta imensurável no preço registrado, de modo que a alteração dos preços previamente ajustados ultrapassa -em muito- a chamada ‘mera oscilação de mercado’”.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **MED CENTER COMERCIAL LTDA** solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do **249 – PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP.**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que

ABH



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3657
8

houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls.
3569/3575.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve **guardar estrita observância ao edital**.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a*

511



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3658

8

necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo”.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve

4 B/L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3659
B

conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo registrado, no caso, 6 meses.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

AB/L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3660
8

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as

AB/L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3661
B

partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento). Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, “notas fiscais” e “pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo”. Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema

gell

somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos. Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3663
8

acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993.

Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um

3663
8



3664
B

contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Verifica-se que um dos argumentos levantados pela solicitante é de que houve expressivo aumento no preço dos combustíveis no presente ano e que tal aumento foi superveniente (fl. 3572) e imprevisível (fl. 3573). Todavia, tal movimento de alta é observado, pelo menos, desde de janeiro de 2021¹.

Considerando que a Ata de Registro de Preços – ARP Nº 50/2022, foi assinada pela solicitante em 27 de janeiro de 2022, a alta dos preços dos combustíveis já acontecia há um ano, portanto, não há se falar em imprevisão e muito menos em superveniência, devendo a solicitante ter levado em consideração tal risco na hora de calcular sua proposta, pois havia chances de que tal cenário se mantivesse ou se agravasse, como de fato ocorreu.

Alega também que a alta na inflação foi uma situação absolutamente imprevisível, o que também não prospera, tendo em vista que o movimento de alta da inflação já era observado os últimos meses de 2021, tendo sido registrado, em dezembro de 2021, taxa do IPCA de 0,73% e taxa acumulada do IPCA de 10,67%², a maior desde 2015, maior do que a taxa de janeiro de 2022 (mês da assinatura da ARP), que foi de 0,54% e acumulada de 10,38% (fl.3574).

Mais uma vez percebe-se que não há que se falar em imprevisibilidade nem em superveniência, pois tais fatos já ocorriam antes da assinatura da ARP e era esperado que o cenário se mantivesse, devendo a solicitante ter considerado tais fatos na hora de elaborar a proposta, não cabendo alegações em sentido contrário.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele

¹ <https://bityli.com/XuEUBu>

² <https://bityli.com/JwBHVt>

451



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3665
6

que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Merece destaque o importante Princípio da Vinculação ao Edital, positivado no art. 5 da Lei 14.133/2021 e arts. 3 e 41 da Lei 8666/1993, segundo o qual impõe-se ao licitante e à Administração o dever de observância, de forma objetiva, das normas editalícias, de modo a evitar prejuízos, principalmente ao Princípio da Impessoalidade e Legalidade.

Hely Lopes MeireUes afirma que o edital (ou a carta-convite) é "a lei interna da licitação", enfatizando que ele, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu. Na mesma senda são os ensinamentos de Celso Spitzcovsky:

A existência desse princípio se justifica na medida em que, surgindo o edital como lei interna das licitações, a partir do instante em que suas regras se tornam públicas, tanto a Administração quanto os licitantes estarão a elas vinculados.

Dessa forma, nem o Poder Público poderá delas se afastar, estabelecendo, por exemplo, um novo critério de julgamento, nem os particulares participantes do certame poderão apresentar propostas, ainda que mais vantajosas, lançando mão de subterfúgios não estabelecidos no edital.

Isto posto, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.2 e 11.9.1: "realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços", sendo tal posição de acordo com os termos do julgamento TCE/SP, Processo nº 00001135.989-8, 8ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. Julgado em 24/03/2021, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini.

gls



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3666
6

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço e a proibição para realização de realinhamento, conforme decisão retro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as cláusulas do edital.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que "o tem 'Paracetamol+ Codeína 500+30mg comprimidos', sofreu uma alta imensurável no preço registrado, de modo que a alteração dos preços previamente ajustados ultrapassa -em muito- a chamada 'mera oscilação de mercado'".

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um

gsk



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3667

8

instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Isto posto, deve-se trazer à baila o que dispõe o edital do presente pregão, especificamente os itens 3.4.1. e 11.10.1.: "As solicitações realizadas pelo fornecedor, para ou cancelamento poderão ser reiteradas, sob o mesmo fundamento, após o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data do despacho fundamentado do Órgão Gerenciador, nos casos de indeferimento de pedido".

Tendo em vista que o licitante apresentara pedido de cancelamento do referido item, tendo sido o despacho fundamento do Órgão Gerenciador assinado e publicado dia 09 de junho de 2022, percebe-se que o prazo mínimo estabelecido para reiteração de pedido de cancelamento não fora observado, portanto, não se vislumbra a possibilidade jurídica do cancelamento nos termos ora pleiteados.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado,

15/11



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3668
8

exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3669
8

realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa **MED CENTER COMERCIAL LTDA** sagrou-se vencedora,

gEL
12

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3670
E

sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 28 de junho de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 132/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: MED CENTER COMERCIAL LTDA - ARP nº 50/2022

Após pedido de reequilíbrio econômico-financeiro de item às fls. 3.569/3.587, sobre o item nº 249 – PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.656/3.670, que opinou pelo indeferimento da solicitação.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: MED CENTER COMERCIAL LTDA - ARP nº 50/2022

Trata-se, em síntese, às fls. 3.569/3.587, de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 249 – PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP, registrado na Ata de Registro de Preços nº 50/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.656/3.670, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **MED CENTER COMERCIAL LTDA – CNPJ nº 00.874.929/0001-40, ARP Nº 50/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de Item. ARP nº 50/2022. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: MED CENTER COMERCIAL LTDA - CNPJ nº 00.874.929/0001-40, ARP nº 50/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do medicamento item nº 249 - PARACETAMOL 500MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG COMP, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP, Pres. Prudente, 01 de agosto de 2022.

